



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. CONCESSÃO DE LIMINAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. MERCADORIAS ORIUNDAS DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. EXIGÊNCIA DO ESTADO DA ANTECIPAÇÃO DA DIFERENÇA DE ALÍQUOTA INTERESTADUAL E INTERNA POR DISPOSIÇÃO INFRALEGAL. POSSIBILIDADE.

I) Para a concessão de liminar, necessária a presença de dois requisitos: *fumus boni juris* e *periculum in mora*. Ausência do primeiro requisito no caso *sub judice*.

II) Possível a cobrança de ICMS antecipado, quando do ingresso da mercadoria oriunda de outra unidade da federação no Estado do Rio Grande do Sul.

AGRAVO DESPROVIDO. UNÂNIME

AGRAVO DE INSTRUMENTO

21ª CÂMARA CÍVEL

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)

PORTO ALEGRE

VJ SGANZERLA ME,

AGRAVANTE;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

AGRAVADO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Vigésima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em negar provimento ao agravo.

Custas na forma da lei.



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes
Senhores **DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE) E**
DES. MARCO AURÉLIO HEINZ.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2013.

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.

RELATÓRIO

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH (RELATOR)

Adoto o relatório do parecer do Ministério Público:

“Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa VJ Sganzerla ME., inconformada com a decisão de fls. 62-64, a qual, nos autos do mandado de segurança preventivo cumulado com pedido de liminar manejado contra ato do Sr. Diretor do Departamento da Receita Pública Estadual, indeferiu a liminar pleiteada.

A empresa agravante, em razões de fls. 02-16, de início, re-produz a decisão recorrida. Frisa que é inconstitucional a cobrança antecipada do diferencial de alíquota de ICMS, quando da entrada de mercadorias no território do Estado do contribuinte destinatário – Rio Grande do Sul. Cita o artigo 24, §8º e §9º da Lei n. 8.820/89, bem como os artigos 150 e 155, §2º, da CF/88. Grifa que há lesão ao princípio da legalidade. Alega que apenas lei pode autorizar a antecipação do recolhimento do tributo em casos de substituição tributária para frente. Manifesta que o diferencial de alíquota não corresponde à espécie de substituição tributária, pois o contribuinte é o destinatário das mercadorias importadas de outros Estados. Aduz que se tem espécie de exigência antecipada de ICMS, independente da data de vencimento para pagamento. Salaria que houve alteração do fato gerador do



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

ICMS por meio de lei ordinária, o que é vedado. Diz que inexiste lei complementar que preveja a antecipação de alíquota de ICMS. Disserta sobre o sujeito passivo da obrigação, quando se têm mercadorias destinadas à revenda. Explana que o pagamento de diferencial de alíquotas somente é possível quando as operações se destinem a consumidores finais. Compreende que é inconstitucional a instituição do imposto pelo Ente Estadual às empresas optantes pelo Simples Nacional. Aduz que a diferença de alíquotas das empresas enquadradas no Simples representa tratamento desigual em relação às do regime geral, criando situação mais onerosa aos deveriam ter tratamento diferenciado. Frisa que, quando o adquirente de mercadorias de outras Unidades da Federação não for enquadrado no regime tributário denominado de Simples Nacional, tem a mesma obrigação de pagar a diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na maioria das vezes 5%, porém, tem direito a se creditar, o que significa abater nas operações subsequentes, o valor do ICMS destacado no documento fiscal de aquisição. Cita o princípio da não-cumulatividade do imposto. Assegura que não cabe a cobrança do diferencial de alíquota às empresas optantes do Simples. Compreende que, no caso, está ocorrendo lesão à livre concorrência. Postula o provimento do recurso para que se confira a liminar postulada, suspendendo-se a cobrança antecipada de ICMS, bem como para que o agravado se abstenha de tomar qualquer medida sancionatória contra o recorrente.

O Desembargador Relator recebeu o recurso no efeito devolutivo, fl. 79-frente e verso.

Foram oferecidas contrarrazões pelo Estado, fls. 76-81-verso.”

O Ministério Público opinou pelo conhecimento e desprovimento do agravo.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

VOTOS

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH (RELATOR)

Eminentes Colegas.

Sabe-se que Mandado de Segurança é remédio excepcional, garantido constitucionalmente contra ato de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, item LXIX, Constituição Federal). Cuidando-se de **writ**, a declaração que se dá, eventualmente, nas hipóteses cabíveis, vai no sentido de proteger ou não a tese do impetrante alicerçada em direito líquido e certo.

Precisa é a lição de FABRÍCIO MATIELO (MANDADO DE SEGURANÇA, p. 60):

"em respeito ao ordenamento jurídico, deve-se reservar o mandado de segurança apenas para casos especiais, nos quais a liquidez e certeza do direito sejam tão candentes ao ponto de permitir imediata salvaguarda, não obstante precária, mediante o cumprimento das formalidades declinadas em lei. Para as demais situações, busque-se o caminho comum percorrido pelas demandas que precisam de profundos e exaustivos questionamentos, ou de provas mais detidas".

Quando a lei se refere a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para o seu conhecimento de plano, para que seu exercício possa ser efetivo no momento da impetração.

Muito bem lançado o voto do Des. Marco Aurélio Heinz, na AC 70001007509: *"Ora, o "writ of mandamus" é via especialíssima, somente podendo ser concedido se o autor da ação comprovar, de plano, os requisitos indispensáveis e inerentes ao mandado de segurança, quais sejam: o*



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

direito líquido e certo e a prática, ou iminência desta, de ato ilegal ou abusivo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, conforme dispôs a Constituição Federal, em seu art. 5º, inc. LXIX, e Lei do Mandado de Segurança, art. 1º”.

E para a concessão de liminar é essencial a ocorrência dos dois requisitos previstos no inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, quais sejam, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Na valiosa lição de Márcio Louzada Carpena “o **fumus boni juris** significa fumaça de bom direito, ou seja, a probabilidade de exercício presente ou futuro do direito de ação, pela ocorrência da plausibilidade, verossimilhança, do direito material posto em jogo. A fumaça do bom direito tem que ser apenas verossímil, provável, não há a necessidade de demonstrar que o direito existe, nem o julgador deve se entreter, a princípio, em buscá-lo, bastando uma mera probabilidade. No entanto, a parte tem que apresentar, no mínimo, indícios daquilo que afirma para bem merecer a tutela pretendida; vale dizer, simples alegações de direito e fatos não comprovados nos autos não demonstram o *fumus boni juris* nem tampouco comportam o julgamento procedente da demanda. (...) Já o **periculum in mora** significa o fundado temor de que, enquanto se aguarda a tutela definitiva, venham a ocorrer fatos que prejudiquem a apreciação da ação principal ou frustrem sua execução.”

O deferimento de liminar é, portanto, reservado a hipóteses especiais, constituindo medida excepcional que, pelo menos por ora, não se justifica.

Quanto ao mérito do *mandamus*, ressalto que alterei meu anterior entendimento, tendo em vista a posição do Superior Tribunal de Justiça



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

no sentido da legitimidade da exigência do diferencial de alíquota de ICMS por ocasião da entrada das mercadorias no Estado do Rio Grande do Sul, conforme se observa nos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ICMS. MERCADORIAS ORIUNDAS DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. DIFERENÇA ENTRE AS ALÍQUOTAS INTERNA E INTERESTADUAL. DECRETO. LEGALIDADE DA COBRANÇA ANTECIPADA. PRECEDENTES.

1. Ao se prover o recurso especial fazendário, aplicou-se a jurisprudência do STJ no sentido de que o artigo 150, § 7º, acrescido pela Emenda Constitucional 03/93, legitima a cobrança antecipada do ICMS através do regime normal de tributação, ou seja, sem substituição tributária, na forma determinada pela Lei Estadual 8.820/89 e Decreto Estadual 39.820/99.

2. Rejeita-se a tese de que o recurso especial do Estado seria extemporâneo, pois o prazo para interposição do recurso se deu a partir da intimação pessoal do representante da Procuradoria-Geral do Estado (fl. 348), ou seja, em 7.6.2010, e o recurso especial foi apresentado em 18.6.2010, tempestivo, portanto.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1223347/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 10/08/2012)

TRIBUTÁRIO. SIMPLES NACIONAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA. ALÍQUOTA INTERESTADUAL. ART. 13, § 1º, XIII, "g", da LC 123/2002. EXIGIBILIDADE.

1. A contribuinte é empresa optante pelo Simples Nacional que adquire mercadorias oriundas de outros Estados da Federação.

Insurge-se contra a exigência, por lei de seu Estado, do diferencial entre a alíquota interestadual (menor) e a interna (maior).

2. Apesar de reconhecer que o art. 13, § 1º, XIII, "g", da LC 123/2002 determina o recolhimento do diferencial de alíquota, a Corte estadual entendeu que a le-



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

gislação local deveria, necessariamente, prever a compensação posterior, o que não houve.

Por conta da omissão da lei estadual em regular a matéria, a exigência do diferencial seria inválida.

3. Inexiste debate a respeito da legislação local. É incontroverso que a lei mineira exige o diferencial de alíquota na entrada da mercadoria em seu território e não permite compensação com o tributo posteriormente devido pela empresa optante pelo Simples Nacional.

4. Tampouco há dissídio quanto à interpretação da Constituição Federal, que admite a sistemática simplificada e prevê, como regra, o princípio da não-cumulatividade.

5. A demanda recursal refere-se exclusivamente à análise do art. 13, § 1º, XIII, "g", da LC 123/2002, para aferir se a exigência do diferencial de alíquota é auto-aplicável.

6. O diferencial de alíquota apenas garante ao Estado de destino a parcela que lhe cabe na partilha do ICMS sobre operações interestaduais. Caso não houvesse cobrança do diferencial, ocorreria grave distorção na sistemática nacional desse imposto. Isso porque a aquisição interestadual de mercadoria seria substancialmente menos onerosa do que a compra no próprio Estado, sujeita à alíquota interna "cheia".

7. Sobre um insumo, por ex., do Rio de Janeiro destinado a Minas Gerais, incide a alíquota interestadual de 12%. Se o mesmo insumo for adquirido no próprio Estado, a alíquota interna é de 18%.

8. A cobrança do diferencial de alíquota não onera a operação posterior, promovida pela empresa optante pelo Simples Nacional, apenas equaliza a anterior, realizada pelo fornecedor, de modo que o diferencial de 6%, nesse exemplo (= 18 - 12), seja recolhido aos cofres de Minas Gerais, minorando os efeitos da chamada "guerra fiscal".

9. Isso não viola a sistemática do Simples Nacional, não apenas porque a cobrança do diferencial é prevista expressamente pelo art.

13, § 1º, XIII, "g", da LC 123/2002, mas também porque a impossibilidade de creditamento e compensação com as operações subseqüentes é vedada em qualquer hipótese, e não apenas no caso do diferencial.

10. De fato, a legislação mineira não prevê a compensação do ICMS recolhido na entrada (diferencial de



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

alíquota), o que é incontroverso, pela simples razão de que isso é expressamente obstado pelo art. 23, caput, da LC 123/2002.

11. Ao negar eficácia ao disposto no art. 13, § 1º, XIII, "g", da LC 123/2002, o TJ-MG violou a lei federal, descharacterizando o próprio Simples Nacional, o que impõe a reforma do acórdão recorrido.

12. Recurso Especial provido.

(REsp 1193911/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/2010, DJe 02/02/2011)

TRIBUTÁRIO - ICMS - ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO – OPERAÇÕES INTERESTADUAIS - VALIDADE - LEI ESTADUAL 8.820/89 - ACÓRDÃO - OMISSÃO - NÃO-OCORRÊNCIA - RESERVA DE PLENÁRIO - TESE CONSISTENTE - NULIDADE NÃO DECLARADA - ART. 249, § 2º DO CPC – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ACOLHIDA - SÚMULA 83/STJ.

1. Inexiste omissão em acórdão que decide de forma fundamentada o litígio, embora adotando conclusão diversa da defendida pelas partes.

2. Nos termos do art. 249, § 2º do CPC não se declara a nulidade quando se pode resolver o mérito em favor de quem a alega.

3. O instituto da antecipação tributária, prevista no artigo 150, § 7º, da CF, encerra duas modalidades: com substituição e sem substituição. A antecipação com substituição exige previsão em lei complementar, como determinado no art. 155, § 2º, "b", da Carta da República. A antecipação sem substituição, espécie de que tratam os autos, não exige lei complementar, podendo estar prevista em lei ordinária como na hipótese pela Lei Estadual 8.820/89.

4. Múltiplos precedentes de ambas as Turmas da 1ª. Seção.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1160372/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/04/2010, DJe 11/05/2010)



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

Tenho que reconhecer que há previsão legal para a cobrança realizada pelo Estado. A Lei Estadual nº. 8.820/89 prevê, em seu art. 24, § 8º, a possibilidade de se exigir o pagamento do ICMS no momento da entrada de mercadorias no Estado do Rio Grande do Sul, quando oriundas de outra unidade da federação.

O referido artigo assim determina:

Art. 24 - O imposto será pago em estabelecimento bancário credenciado, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

(...)

§ 8.º - O imposto será pago antecipadamente, total ou parcialmente, no momento da entrada das mercadorias relacionadas em regulamento no território deste Estado, se recebidas de outra unidade da Federação por estabelecimento que comercialize mercadorias.

Desta forma é possível concluir que não há falar em ilegalidade da referida cobrança.

Não é outro o entendimento deste Tribunal:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. OPERAÇÃO INTERESTADUAL COMUM, ISTO É, NÃO SUJEITA AO REGIME ESPECIAL DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. COBRANÇA DA DIFERENÇA ENTRE A ALÍQUOTA INTERESTADUAL (MENOR) E A ESTADUAL (MAIOR), NO INGRESSO DOS PRODUTOS EM TERRITÓRIO SUL-RIO-GRANDENSE, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AOS CONTRIBUINTES INSCRITOS NO SIMPLES NACIONAL. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ. ADEMAIS, HÁ PREVISÃO LEGAL DE O INSCRITO NO SIMPLES NACIONAL FICAR SUJEITO AO REGIME DE ANTECIPAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO ICMS NAS AQUISIÇÕES EM OUTROS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (LC 123/06, ART. 13, XIII, ALÍNEA G). PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO. REJEIÇÃO. PRE-



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

*LIMINAR REJEITADA E APELAÇÃO DESPROVIDA.
(Apelação Cível Nº 70049939812, Primeira Câmara
Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Maria-
ni, Julgado em 07/08/2013)*

*AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. QUESTÃO
NÃO APRECIADA PELO JUÍZO EM 1º GRAU. NÃO
CONHECIMENTO, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE
INSTÂNCIA. Não se conhece de questão deduzida em
recurso quando não apreciada em 1º Grau, sob pena
de supressão de instância. DIREITO TRIBUTÁRIO.
MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. MERCADORIAS
ADVINDAS DE OUTROS ESTADOS. EXIGÊNCIA
ANTECIPADA PELO FISCO ESTADUAL DO PAGA-
MENTO DA DIFERENÇA DE ICMS ENTRE A ALÍ-
QUOTA INTERESTADUAL E A INTERNA NO MO-
MENTO DO INGRESSO NO ESTADO. POSSIBILI-
DADE PORQUE EXISTENTE PREVISÃO LEGAL AU-
TORIZADORA. APLICABILIDADE DO REGIME À
EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL. A
exigência do pagamento da diferença de alíquota do
ICMS entre a alíquota interestadual e a interna é pos-
sível porque houve a edição da Lei Estadual nº
12.741/07, que deu nova redação ao artigo 24 da Lei
nº 8.820/89, permitindo o recolhimento antecipado do
imposto, sendo, pois, perfeitamente legal o procedi-
mento adotado pelo fisco estadual. Aplicabilidade do
regime à empresa optante do SIMPLES NACIONAL,
nos termos do art. 13, § 1º, XIII, g e h, e § 5º, da LC
123/06. Precedentes do TJRS e STJ. Agravo des-
provido. (Agravo Nº 70054928478, Vigésima Segunda
Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Car-
los Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 27/06/2013)*

*CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ICMS. SISTE-
MÁTICA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO DO
TRIBUTO QUANDO DA ENTRADA DE MERCADO-
RIAS PROVENIENTES DE OUTRA UNIDADE DA
FEDERAÇÃO DESTINADAS A ESTABELECIMENTO
QUE AS COMERCIALIZE. EXIGÊNCIA DA DIFE-
RENÇA ENTRE A ALÍQUOTA INTERNA E A INTE-
RESTADUAL. LEGALIDADE. PRECEDENTES DO
STJ E STF. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES
NACIONAL. IRRELEVÂNCIA. LEI COMPLEMENTAR
Nº 123/06. Com o advento da Lei Estadual nº
12.741/07, que introduziu a alínea "c" ao inciso II do*



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

artigo 15, bem como o § 8º ao artigo 24, ambos da Lei Estadual nº 8.820/89, prevendo a cobrança antecipada de ICMS quando da entrada, no território do Estado do Rio Grande do Sul, de mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, não há cogitar de direito líquido e certo das impetrantes, quanto a não ser exigido o pagamento antecipado da diferença entre a alíquota interna e a interestadual do tributo. Situação que não se altera pelo fato de as empresas serem optantes pelo Simples Nacional, nos termos do art. 13, § 1º, XIII, "g" e "h", e § 5º, LC nº 123/06. (Apelação Cível Nº 70054861463, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em 26/06/2013)

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS INTERESTADUAL E INTERNA. Possibilidade de cobrança da diferença entre as alíquotas interestadual e interna devida à unidade da federação em que localizado o destinatário da mercadoria quando do ingresso desta em seu em seu território. In casu, não se trata de substituição tributária relativa às etapas subsequentes, pois a situação prevista no art. 23, inciso XVI, "a", do RICMS aplica-se apenas às saídas internas de mercadorias. Incidência do art. 155, § 2º, inciso VIII, da Constituição Federal c/c art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, arts. 29 e 30, da Lei Estadual nº 8.820/89 e art. 53-A, do RICMS. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70048818504, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Almir Porto da Rocha Filho, Julgado em 15/08/2012)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ICMS. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. DIFERENÇA. ALÍQUOTAS. PAGAMENTO. EXIGÊNCIA. INGRESSO. MERCADORIAS. TERRITÓRIO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. SIMPLES NACIONAL. OPÇÃO. IRRELEVÂNCIA. Legítima a exigência do imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual no momento do ingresso das mercadorias no território do Estado - independentemente da opção do contribuinte pelo regime especial de tributação instituído na Lei



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

Complementar 123/06. HIPÓTESE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO. (Apelação Cível Nº 70039632831, Vigesima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mara Larsen Chechi, Julgado em 30/04/2012)

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. ENTRADA DE MERCADORIAS PROVENIENTES DE OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. COBRANÇA ANTECIPADA DA DIFERENÇA ENTRE A ALÍQUOTA INTERNA E A INTERESTADUAL. LEGALIDADE. LEI ESTADUAL Nº 12.741/07 (DOE 06/07/07), QUE ACRESCENTOU O § 8º AO ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.820/89. APLICABILIDADE DO TRATAMENTO DA ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO ÀS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL. ART. 13, § 1º, XIII, 'G' E 'H', E § 5º, DA LC 123/06. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL E DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. ORDEM DENEGADA. APELO PROVIDO. REEXAME PREJUDICADO. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70034437384, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Julgado em 25/04/2012)

Por fim, ressalta que o fato de a empresa ser optante do SIMPLES NACIONAL não afasta a tributação antecipada, conforme previsto no art. 13, § 1º, XIII, 'g' e 'h', e § 5º, da LC 123/06.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

DES. MARCO AURÉLIO HEINZ - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE) - De acordo com o(a) Relator(a).



FJM

Nº 70054694880 (Nº CNJ: 0194115-60.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA - Presidente - Agravo de
Instrumento nº 70054694880, Comarca de Porto Alegre: "À UNANIMIDADE,
NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO."

Julgador(a) de 1º Grau: ALESSANDRA ABRAO BERTOLUCI